

Napoleão Bernardes

TEORIA E PRÁTICA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

- *Fundamentação Teórica e Doutrinária*
- *Aspectos Penais e Processuais*
- *Jurisprudência do STF*

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2019

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Direito Penal e Mínima Intervenção Estatal	5
Estado democrático de direito e direito penal	5
Bases do Direito Penal no Estado Democrático de Direito.....	7
Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito.....	9
Delineamento Principiológico do Direito Penal Democrático.....	13
Princípio da Legalidade.....	14
Dignidade da Pessoa Humana e Princípio da Humanidade	17
Princípio da Exclusiva Proteção de Bens Jurídicos.....	21
Princípio da Intervenção Mínima em Matéria Penal	28
Princípio da Subsidiariedade	38
Princípio da Fragmentariedade	46
O Ideário Iluminista em Matéria Penal.....	49
Direito Penal do Estado Absolutista	51
Movimento Humanitário	52

Capítulo 2 – Fundamentos Político-Jurídicos do Princípio da Insignificância: da Rejeição em nome da Segurança Jurídica a sua Admissão com Base na Exigência de um Conceito Material de Tipicidade.....	57
Escorço Histórico	57
Fundamentação Principiológica	61
Insignificância e Intervenção Mínima	62
Insignificância e Subsidiariedade	64
Insignificância e Fragmentariedade	65
Insignificância e Proporcionalidade	66
Insignificância, Igualdade e Liberdade.....	67
Evolução do Princípio da Legalidade: sua Relação com os Princípios da Insignificância e da Ofensividade	70
Princípio da Ofensividade.....	72
Ofensividade e Crimes de Perigo Abstrato	75
Distinção entre Ofensividade e Insignificância	80
Natureza Jurídico-Penal da Insignificância: Exclusão da Tipicidade Material.....	81
Consequências Jurídico-Processuais.....	87
Princípio da Insignificância e Inquérito Policial.....	88
Princípio da Insignificância e Ação Penal.....	93
Ponderações às Críticas Objetadas à Insignificância.....	99
Ausência de Tutela Jurídica	100

Ausência de Previsão Legal.....	102
Valoração da Ofensa em Crimes não Materiais	103
Imprecisão Conceitual e Insegurança Jurídica	104
Infrações de Menor Potencial Ofensivo, Causas de Diminuição de Pena e Tipos Penais Privilegiados.....	107
Capítulo 3 – Princípio da Insignificância e Produção Judicial do Direito Penal: a Jurisprudência da Suprema Corte em Face da Criminalidade de Bagatela	113
Critérios Gerais Adotados pela Suprema Corte para Aferição do Princípio da Insignificância	113
Habitualidade ou contumácia delitiva: não incidência do princípio da insignificância	115
Habitualidade delitiva: circunstância que deve ser apreciada em juízo de proporcionalidade para a aferição quanto à (in)aplicabilidade do princípio da insignificância ao caso concreto	116
Reconhecimento do Princípio da Insignificância em Casos de Delinqüência Contra o Patrimônio.....	118
Furto e reincidência ou contumácia delitiva: cotejamento necessário para a aferição da (in)aplicabilidade do princípio da insignificância	118
Furto de dois alto-falantes, avaliados em R\$ 115,00. Inaplicabilidade do princípio da insignificância em razão da habitualidade delitiva	120

Furto simples. Reincidência ou mau antecedente, por si só, não obsta a avaliação acerca da aplicabilidade do princípio da insignificância	120
Furto de um par de sandálias, avaliado em R\$ 16,00, por réu reincidente. Inaplicabilidade em face da reincidência do réu	121
Furto. Juízo de valoração acerca da “quantificação” da insignificância para fins de aplicabilidade penal. Técnica de comparação com o valor do salário mínimo vigente à época dos fatos	122
Atipicidade material do fato típico x furto privilegiado: análise deve se dar pelo juiz de acordo com as circunstâncias do caso concreto	123
Furto qualificado. Inaplicabilidade em face das qualificadoras pertinentes à conduta	124
Tentativa de furto qualificado de quinze bombons, avaliados em R\$ 15,00. Inaplicabilidade do princípio da insignificância em face das qualificadoras pertinentes à conduta	125
Tentativa de furto qualificado de dois sabonetes líquidos íntimos, avaliados em R\$ 48,00. Inaplicabilidade do princípio da insignificância em face da qualificadora pertinente e à reincidência do agente.....	125
Furto de blusa no valor de R\$ 99,00. Aplicabilidade	126
Furto de codornas, avaliadas em R\$ 62,50. Aplicabilidade	126
Furto qualificado de oito galinhas e uma leitoa: qualificadora do concurso de pessoas, por si só, não impede o reconhecimento do princípio da insignificância	127

Furto durante o repouso noturno: causa de aumento de pena, por si só, não impede o reconhecimento do princípio da insignificância	127
Furto de um botijão de gás usado, estimado em R\$ 80,00: aplicabilidade	128
Furto de duas barras de ferro, avaliadas em R\$ 160,00, restituídas à vítima: aplicabilidade	128
Furto de 27kg de café, avaliados em R\$ 81,00: inaplicabilidade	128
Receptação: inaplicabilidade	129
Roubo: inaplicabilidade	130
Reconhecimento do Princípio da Insignificância em Matéria de Criminalidade Tributária	131
Descaminho. Critério objetivo de aferição do princípio da insignificância	132
Descaminho. Critério objetivo para a incidência do princípio da insignificância, ressalvada a habitualidade delitiva	133
Descaminho. Habitualidade delitiva: inaplicabilidade do princípio da insignificância	134
Descaminho. Reiteração da conduta, por si só, não obsta objetiva e automaticamente a aplicação do princípio da insignificância	135
(Não) Reconhecimento do Princípio da Insignificância em Casos de Crimes de Drogas.....	136

Aplicação do Princípio da Insignificância à Conduta Descrita como Crime de Responsabilidade de Prefeito (Possibilidade x Impossibilidade)	138
Art. 1o, II, Decreto-Lei 201/1967: aplicabilidade	138
Art. 1o, VII, Decreto-Lei 201/1967: aplicabilidade (contratação isolada e excepcional de gari)	138
Art. 1o, II, Decreto-Lei 201/1967: inaplicabilidade	139
Reconhecimento do Princípio da Insignificância nos Casos de Crimes Militares	139
Posse de entorpecente em local sujeito à administração militar: inaplicabilidade do princípio da insignificância	139
Furto de celular de militar por colega no interior do alojamento de batalhão em que atuavam: inaplicabilidade do princípio da insignificância	141
Estelionato. Apresentação falsa de Declaração Provisória de Beneficiário do Fundo de Saúde do Exército (FUNSEx), visando ao atendimento médico-odontológico de sua mãe: inaplicabilidade do princípio da insignificância	141
Tentativa de subtração de celular de colega militar, avaliado em R\$ 95,00: inaplicabilidade do princípio da insignificância	142
Peculato-furto de munições de uso restrito das forças armas: inaplicabilidade	143

Apropriação indébita de R\$ 2.645,00 no âmbito da administração pública militar: inaplicabilidade do princípio da insignificância	143
Peculato-furto de gêneros alimentícios, avaliados em R\$ 215,22, dentro de unidade de organização militar: aplicabilidade do princípio da insignificância	144
Princípio da Insignificância e Crimes de Perigo.....	144
Posse ilegal de munição de uso restrito. Única munição, guardada em casa. Aplicabilidade do princípio da insignificância	144
Crime de exploração clandestina de radiodifusão: inaplicabilidade do princípio da insignificância	145
Crime de exploração clandestina de radiodifusão: hipótese de cabimento do princípio da insignificância	147
Princípio da Insignificância e Crimes Ambientais	149
Pescar em período no qual a pesca seja proibida. Critérios para a aplicabilidade do princípio da insignificância	149
Pescar em período no qual a pesca seja proibida. 12 camarões. Aplicabilidade	149
Pescar em período no qual a pesca seja proibida. 25 quilos de peixes de espécies variadas. Atividade praticada em período de defeso e com petrechos proibidos para a pesca. Inaplicabilidade	150

Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente. Reincidência específica. Inaplicabilidade	150
Pescar em período proibido. Finalidade econômica. Inaplicabilidade	151
Pescar em período proibido. 120 quilos de pescados. Inaplicabilidade	151
Considerações Finais	153
Referência das Fontes Citadas	159